

2011/05/15

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (I PARTE)

João Paulo Nunes Vicente[1]

“While it takes ‘boots on the ground’ to win a counterinsurgency fight, it takes airpower to move, supply, and protect those boots on the ground in a country like Afghanistan.” (Lt. Gen. David Barno, Former Joint Forces Commander in Afghanistan.[2]).



Introdução[3]

Quando em 1 de Maio de 2003, pouco mais de um mês depois do início da invasão do Iraque, o Presidente George Bush declarou o fim das operações de combate alastrou-se rapidamente na comunidade internacional a convicção que a Operação Iraqui Freedom (OIF) tinha terminado.[4] Algumas horas antes, a comunicação presidencial foi antecedida por uma declaração semelhante do Secretário da Defesa acerca do fim das actividades de combate na Operação Enduring Freedom (OEF) no Afeganistão.[5] Ambas as declarações visavam transmitir a ideia de que as operações militares de larga escala dariam lugar a um período de estabilidade e reconstrução. No entanto, para além da mensagem política inerente a tais comentários, a linguagem da administração americana foi descodificada à luz do jargão militar como uma simples e normal mudança de fase de campanha. As operações decisivas de combate deram por isso lugar à fase de Estabilização, Segurança, Transição e Reconstrução (Fase IV)[6], não menos perigosa e de complexidade acrescida.

As últimas décadas têm demonstrado a eficácia dos EUA em conflitos militares convencionais. A optimização do instrumento militar para operações de combate de grande escala não tem, no entanto, conseguido a mesma eficácia nas fases de transição entre a guerra e a paz. No contexto das operações actuais, as operações de combate e de estabilização ocorrem de forma simultânea e estão inexoravelmente ligadas. Desta forma, as actividades de estabilização (planeamento, preparação e execução) não são exclusivas da fase terminal da campanha. Devem ser efectuadas de uma forma transversal ao desenvolvimento da campanha. De igual forma, a admissão que os estados frágeis e falhados constituem uma ameaça para a segurança dos EUA implicou um ajustamento do aparelho militar no sentido de aumentar a sua eficácia em operações de estabilização.[7] A elevação destas operações a um estatuto de missão primária[8] consubstancia uma transformação transversal à organização militar americana, e com ela à estrutura de defesa dos países Aliados.

As operações aéreas não cessam após a fase de operações decisivas de combate. O Poder Aéreo[9] tem uma importante função na Fase IV. Em particular nas campanhas do Afeganistão e Iraque, o esforço da manobra terrestre assenta nas capacidades de transporte, ataque de precisão, reconhecimento e vigilância proporcionadas pelos meios aéreos.[10] De forma sintética podemos definir o Poder Aéreo como a capacidade de projectar e empregar força militar em missões defensivas, ofensivas ou de apoio, quer numa perspectiva ampla (exprimindo a potencialidade de explorar de forma efectiva o espaço aéreo), ou num sentido restrito (em referência ao potencial de combate de uma nação) com a finalidade de conquistar e assegurar um grau favorável de controlo do ar.[11] O domínio do ar é uma condição crítica transversal às várias fases de uma campanha militar. Tem na sua génese a tradição histórica da obtenção e manutenção de superioridade aérea permitindo o ataque de qualquer alvo a partir do ar. Para além disso confere liberdade de acção para outras funções vitais como as operações do ramo terrestre e missões aéreas de apoio.

Com o intuito de focalizarmos a nossa análise iremos estabelecer alguns parâmetros que simplifiquem a complexidade do objecto em estudo e forneçam alguns indicadores que nos permitam aferir a validade das hipóteses avançadas. Em primeiro lugar, consideramos apenas a perspectiva restrita de Poder Aéreo. Em segundo lugar, centraremos o ensaio no processo de planeamento, execução e avaliação das operações aéreas, em particular no ciclo de tasking[12]. Neste sentido, interessa a este ensaio debruçar-se sobre os desafios que confrontam o Comandante da componente aérea de uma força conjunta e combinada (CFACC)[13] no planeamento e emprego do Poder Aéreo.

O CFACC baseia-se no ciclo de tasking para planear, executar e avaliar as operações aéreas e espaciais aplicando os princípios de Comando e Controlo (C2) e as capacidades do Centro de

Operações Aéreas (CAOC)[14]. Este processo iterativo permite o controlo centralizado e a execução descentralizada do Poder Aéreo. Optimizado para operações decisivas de combate, o ciclo de tasking sofre ajustamentos ao longo das diversas fases de uma campanha no sentido de maximizar a eficácia do Poder Aéreo.

No entanto, as operações recentes revelaram alguns desafios e vulnerabilidades que podem levar a repensar a aplicação de forças aéreas e espaciais em apoio de operações de estabilização.

Tendo em consideração os pressupostos em apreço, este ensaio procura encontrar resposta para a seguinte dúvida fundamental. Em primeiro lugar, determinar de que forma é que uma mudança de fase de operações de combate para operações de estabilização poderá afectar as pessoas, processos e produtos associados ao ciclo de tasking. Pretende-se que esta análise faça emergir suficientes pistas que indiquem algumas das principais fraquezas e desafios no processo actual de planeamento e execução de operações aéreas que deverão ser repensadas para maximizar a eficácia do Poder Aéreo contra adversários do Séc. XXI.

Para encontrar resposta a esta problemática fundamental teremos de guiar o percurso de investigação ao longo de algumas questões derivadas:

- Quais as diferenças fundamentais no ambiente operacional entre a fase de combate e a fase de estabilização?
- De que forma é que o CFACC orchestra o emprego do Poder Aéreo ao longo de uma campanha?
- No que diz respeito aos conflitos em curso, como é que o esforço aéreo se alterou com a mudança de fase?
- Que funções únicas e não tradicionais têm sido executadas pelo Poder Aéreo na OIF e OEF, durante a Fase IV, e por que razão as forças aéreas migraram para essas funções?
- Que tendências se podem vislumbrar acerca da forma como as operações aéreas serão conduzidas no futuro?

Para procurar dar resposta à pergunta fundamental avançamos com um conjunto interligado de hipóteses que iremos testar ao longo da análise.

Hipótese 1 – A transição para a Fase IV implica uma adaptação do processo de planeamento e execução das operações aéreas.

Hipótese 2 – No contexto de operações de estabilização, a ênfase central das operações aéreas reside na procura de efeitos cognitivos e não-letais, renovando a contribuição primordial do Poder Aéreo para o esforço conjunto.

Hipótese 3 – Existem vulnerabilidades do processo de planeamento, execução e avaliação das operações aéreas, passíveis de serem exploradas num cenário futuro por adversários mais capazes e competentes.

1. Aspectos metodológicos

Este ensaio procura clarificar algumas dúvidas acerca das funções do Poder Aéreo durante a Fase IV e encontrar pistas diversas acerca dos desafios inerentes ao planeamento e emprego de Poder Aéreo durante operações prolongadas nesta fase da campanha. Através da análise bibliográfica sobre as operações militares em curso, nomeadamente a estudos relativos ao planeamento e execução da OEF e OIF, este ensaio encontra-se orientado segundo uma perspectiva descritiva, prospectiva e prescritiva. Em primeiro lugar, procurar compreender quais os princípios doutrinários que sustentam o planeamento e a execução de uma campanha aérea e compará-los com a realidade das operações em curso. De seguida prospectivar desafios e vulnerabilidades do processo actual tendo em consideração futuros adversários. Finalmente, tecer algumas considerações tendentes a aumentar a eficácia do emprego de Poder Aéreo em futuras campanhas militares.

Assim, e para facilitar a compreensão desta temática, este ensaio está organizado em duas partes. Em primeiro lugar, utilizando uma metodologia de estratégia-tarefa iremos apoiar o argumento de que o planeamento das operações é afectado pela transição para a Fase IV, na medida em que teremos de executar diferentes acções para obter os efeitos desejados. Subsequentemente, a discussão revelará de que forma é que essa transição afectará as pessoas, processos e produtos associados com o planeamento, execução e avaliação das operações aéreas. Na segunda parte, abordaremos as potenciais vulnerabilidades destes processos contra adversários híbridos

característicos do novo século.

Para concretizar estes objectivos iniciamos o ensaio segundo uma perspectiva doutrinária de forma a estabelecer a tipologia de uma campanha e perceber o enquadramento das operações de estabilização. De seguida conceptualizamos o emprego do Poder Aéreo segundo três fases distintas. O planeamento, a execução e a avaliação. As abordagens do processo de decisão e dos princípios de C2 facilitam a compreensão da estratégia aérea e a sua conversão em tarefas tácticas. Finalmente, a análise do ciclo de tasking e o impacto da mudança de fase da campanha nas operações aéreas, proporciona o ambiente prospectivo necessário à avaliação da eficácia do Poder Aéreo para coagir futuros adversários.

2. Enquadramento doutrinário

2.1. Fases de uma campanha[15]

Cumprir os objectivos militares em tempo paz, crise ou conflito, depende primariamente da capacidade de empregar a força adequada no local certo e em tempo oportuno. O faseamento de uma campanha permite decompor a complexidade de uma operação, estabelecendo objectivos parcelares, mais simples que facilitam a obtenção do estado final desejado. Este faseamento permite uma calendarização das actividades militares e uma perspectiva gradual das prioridades. Desta forma, o comandante e o seu estado-maior podem visualizar melhor a campanha em termos de recursos, forças, tempo, espaço e intenção. Assim, permite integrar e sincronizar actividades relacionadas assegurando maior flexibilidade e unidade de esforço durante a execução das operações. Uma fase pode então ser definida como um estágio de uma campanha ou operação em que grande parte das forças e capacidades estão envolvidas em actividades similares e mutuamente apoiantes para alcançar um objectivo comum.

Nesse âmbito cada uma das fases abrange condições e objectivos específicos de uma campanha.

Fase 0 – Moldar. Esta é uma fase de influência em tempo de paz. Durante esta fase são tomadas iniciativas, incluindo actividades militares rotineiras como exercícios e destacamento de forças ou intercâmbios militares, no sentido de dissuadir possíveis adversários, estabelecendo simultaneamente relacionamentos com aliados. Estes esforços são transversais a todas as campanhas e procuram legitimar uma possível intervenção militar. Para além disso promovem a partilha de informações e garantem o estabelecimento de coligações.

Fase I – Deter. Esta fase tem como finalidade a demonstração das capacidades e da intenção das forças conjuntas. É caracterizada pelo aprontamento de forças e actividades preparatórias para o destacamento para a área de operações. O posicionamento de meios aéreos estratégicos em posições geográficas chave ou o aumento da ênfase em missões de reconhecimento e vigilância, para além de fornecerem uma vantagem operacional, demonstram intenções resolutas.

Fase II – Tomar a iniciativa. Ganhar a iniciativa implica o emprego do poder de combate ofensivo para atrasar, impedir ou parar a ofensiva inicial do adversário. Insere-se neste âmbito o estabelecimento de zonas de sobrevoo proibido. Caso os objectivos iniciais do adversário tenham sido alcançados, serão efectuadas acções ofensivas para criar condições na fase posterior que permitam a destruição das forças e da sua vontade de lutar.

Fase III – Dominar. Nesta fase procura-se quebrar a resistência adversária e vontade de combater. Implica por isso uma aplicação total dos recursos disponíveis através de operações decisivas de combate ou no caso de adversários não-convencionais, do domínio do ambiente operacional. No domínio aéreo assiste-se à execução de todas as tipologias de acções aéreas com principal ênfase nas missões de supressão das defesas aéreas adversárias e ataques estratégicos a alvos de alto valor, como a liderança. Com a progressão desta fase observa-se um maior interesse na condução de actividades de estabilização que permitam uma transição mais controlada para a próxima fase.

Fase IV – Estabilizar. Esta fase ocorre sempre que não exista uma autoridade civil em funcionamento. Assim, a força militar poderá ter que coordenar os esforços de outras organizações (internacionais, não-governamentais ou governamentais) no sentido de proporcionar um ambiente seguro que permita o funcionamento dos serviços básicos de governação. Pretende-se mitigar as condições para o reacendimento da crise. Numa perspectiva aérea verificam-se inúmeras missões de apoio a tropas no terreno assim como um aumento das acções não-letais. A preeminência das missões de transporte e de vigilância é uma característica desta fase.

Fase V – Habilitar a autoridade civil. Esta fase procura viabilizar a constituição de autoridades legítimas que consigam garantir a observância das leis e da segurança das populações. As forças militares assumem uma função de apoio das autoridades civis e inicia-se o regresso das forças de

combate. Neste âmbito incluem-se acções aéreas de apoio às autoridades legítimas no sentido de garantir a sua independência. O estado final militar desejado é alcançado no fim desta fase e garante a conclusão da campanha.

O planeamento de uma campanha progride cronologicamente da Fase 0 à Fase V. No entanto, a grande ênfase é colocada nas fases iniciais, nomeadamente durante a Fase III correspondente às operações de combate. A optimização das forças militares para este ponto crítico da campanha conduz a que as fases pós-hostilidades sejam por vezes relegadas para segundo plano, como nos casos da OEF e OIF. Por isso, os eventos históricos demonstram que a insuficiência de planeamento para as Fases IV e V têm constituído o calcanhar de Aquiles dos conflitos americanos.

A transição entre fases ocorre quando estiverem alcançadas as condições definidas pelo Comandante Conjunto relativamente ao comportamento do adversário, à postura das forças amigas ou a condições do ambiente operacional. Estes pontos de decisão podem corresponder, por exemplo, à obtenção de superioridade aérea para iniciar a ofensiva terrestre, ou à eliminação de uma bolsa de resistência para permitir as actividades de reconstrução.

Apesar de sequenciais, as fases sobrepõem-se num dado momento no tempo. Por vezes a mudança de fase apenas ocorre após o termo da antecedente. Noutros casos assiste-se a uma simultaneidade de fases e mesmo uma alternância. No entanto, existem actividades que são transversais às fases de uma campanha. Uma dada operação de combate pode requerer a condução simultânea de acções ofensivas, defensivas e de estabilização. A combinação destas vertentes irá depender num dado momento do contexto operacional. Por exemplo, numa dada região do teatro de operações, as condições podem estar reunidas para terminar a fase de combate e encetar as actividades de estabilização. No entanto, noutra zona adjacente poderão continuar as operações de combate. Para além disso, existe sempre a possibilidade de se regredir o ambiente de segurança, conduzindo ao reacendimento do conflito.

Esta agilidade necessária para que as forças se ajustem rapidamente a uma nova fase é essencial para o sucesso da campanha. Por exemplo, a transição de uma fase de combate para actividades de estabilização revela-se a mais complexa, pois requer uma coordenação elevada entre as forças militares e os outros actores.

2.2. Operações de Estabilização, Segurança, Transição e Reconstrução

Os temas centrais da Fase IV são a estabilização, segurança, transição e reconstrução.[16]

Para a NATO, as operações militares de estabilização consistem no emprego de capacidades militares da Aliança em combinação com outras alianças, instrumentos nacionais e internacionais para alcançar a ordem e segurança. Por outro lado o apoio militar à reconstrução engloba o emprego de meios militares em apoio de outros actores, no sentido de proporcionar serviços essenciais à população e instituições até que seja possível transferir esse esforço para as agências e autoridades nacionais apropriadas.[17] De acordo com a doutrina americana, operações de estabilização englobam uma variedade de missões, tarefas e actividades conduzidas fora dos EUA em coordenação com outros instrumentos de poder nacional para manter ou restabelecer um ambiente seguro, fornecer serviços essenciais governamentais, reconstrução de emergência de infra-estruturas e apoio humanitário.[18]

Pelo facto da conceptualização acerca das operações de estabilização e reconstrução na NATO ainda não ter alcançado o consenso que permita uma aproximação comum a esta problemática, utilizaremos primordialmente a doutrina norte-americana para simplificarmos a complexidade do problema.[19] Neste contexto, estabilização engloba as actividades necessárias para gerir as tensões, contrariando a deterioração da segurança dos sistemas económicos, políticos e sociais. A procura da estabilidade estabelece as fundações para os esforços de reconstrução. Segurança envolve o estabelecimento de um ambiente seguro para a população e para os actores estatais e multinacionais envolvidos.[20] Transição descreve o início do processo de mudança das autoridades civis e militares presentes no teatro de operações para as instituições da nação hospedeira à medida que estas adquirem competências para conduzir as actividades de governação. Reconstrução procura reabilitar as infra-estruturas locais para estabelecer as fundações para um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Existe por isso uma relação simbiótica entre estabilização e reconstrução. A primeira contribui para o estabelecimento de um ambiente seguro. A segunda estabelece as bases para uma estabilidade sustentável e duradoura. Sem que ambas co-existam não será possível alcançar o estado final desejado. E para que elas possam ocorrer, terá necessariamente de existir um ambiente de segurança. Na obtenção desse desiderato, o instrumento militar contribui para o estabelecimento da ordem e segurança, assim como os esforços iniciais de restauração dos serviços essenciais.

Posteriormente, será facilitada a transição destas tarefas para as organizações internacionais e não-governamentais, principais fornecedores de meios civis essenciais ao processo de estabilização e reconstrução.

Numa tentativa de síntese e de simplificação conceptual, caracterizamos a Fase IV segundo uma perspectiva de intersecção de operações de estabilidade lideradas por militares (incluindo Guerra Irregular, operações de paz e assistência de segurança) com actividades de reconstrução lideradas por civis.

3. Planeamento, execução e avaliação das operações aéreas

De uma forma abrangente podemos conceptualizar o emprego de Poder Aéreo segundo três fases distintas. O planeamento, o tasking/execução e a avaliação. No sentido de maximizar os efeitos da estratégia aérea, a gestão da batalha aérea visará quatro tarefas básicas:

- Determinar onde e quando aplicar o Poder Aéreo;
- Criar condições para aumentar as hipóteses de sucesso dos recursos aéreos;
- Ajustar as operações aéreas de acordo com os resultados das missões e das intenções do Comandante;
- Explorar oportunidades que surgem durante o conflito.

O sucesso destas tarefas está intimamente ligado com o modo como se desenrola o processo de decisão e o processo de planeamento das operações aéreas.

3.1. Processo de Decisão

O processo de decisão funciona segundo um ciclo, originalmente criado pelo Coronel John Boyd para explicar um envolvimento aéreo. Este processo, vulgarizado pelo acrónimo OODA – observar, orientar, decidir e actuar, tem evoluído ao longo dos tempos para definir uma metodologia militar que procura superioridade sobre o adversário através da paralisia do seu ciclo de decisão. Relembremos de forma sucinta o que abordámos em outro ensaio para melhor compreendermos o desiderato de qualquer operação militar.[21]

O ciclo OODA estende-se por 3 domínios: o físico, o informacional e cognitivo. Nós observamos, procuramos compreender, decidimos e actuamos nesses domínios. É no domínio físico que se processa o combate convencional e se procedem às interacções das plataformas, conduzindo a acções sincronizadas tendentes a produzir determinados efeitos, em tempo e locais específicos. O domínio informacional engloba a produção, gestão e partilha da informação que abastece o processo de decisão, através da influência dos mecanismos de C2. No domínio cognitivo residem qualidades intangíveis como a moral, a liderança, percepção da situação, opinião e valores. É nele que residem as doutrinas e técnicas e se fazem sentir as influências do comandante.

Para adquirir vantagem sobre o adversário, o comandante tem de completar o seu processo de decisão mais rapidamente. Caso contrário, em vez de ter a iniciativa terá de assumir um papel reactivo. No entanto, a rapidez do processo não deverá comprometer a precisão das acções, dado que poderá resultar num desperdício de recursos ou mesmo em acções tácticas que se repercutam em efeitos indesejados ao nível estratégico, como por exemplo danos colaterais ou fratricídio.

Ora o nosso objectivo é ver primeiro e ver mais para alcançar a superioridade informacional. Igualmente, procura-se assegurar o processamento atempado e distribuição de toda a informação relevante aos participantes. O patamar da superioridade de conhecimento possibilita a conversão rápida de informação em conhecimento humano, através de organização, filtragem e visualização superiores. A superioridade de decisão é atingida através de elementos de análise e proposta de opções. A intenção de comando é perfeitamente conhecida, permitindo aos comandantes subordinados um entendimento completo da sua missão e dos processos de execução. Através da actuação decisiva é possível obter a superioridade de efeitos. Dessa forma, a partilha de informação permitida pela ligação em rede de Sensores, Decisores e Actores, contribui para um processo de decisão mais rápido e com isso obter vantagem operacional sobre o adversário.

Como consequência dos avanços tecnológicos, em particular das tecnologias da informação e da ligação em rede, a velocidade com que se processa a Guerra tem aumentado. Esta tendência poderá indiciar uma compressão do ciclo de OODA num simples ponto. Na realidade, uma parte das decisões será tomada por máquinas, à velocidade da luz, tendo por base a programação dos seus computadores e respeitando a intenção do comandante. Por exemplo, na dimensão cibernética assiste-se a esta tendência, onde o homem delega nas máquinas a execução de rotinas que

protegem os sistemas contra infecção de vírus informáticos.[22] No entanto, apesar do elemento humano não conseguir acompanhar a velocidade de execução dos sistemas automáticos, o homem continuará a deter controlo sobre esse ciclo.

Na prática, a efectivação do processo de decisão corresponde a duas fases interligadas. O desenvolvimento da estratégia aérea e a execução propriamente dita das operações aéreas. Porém, para conseguirmos compreender o processo conceptual que regula o emprego do Poder Aéreo temos de perscrutar alguns dos princípios básicos de C2.

3.2. Princípios de Comando e Controlo de operações aéreas

O C2 de operações aéreas envolve complexos desafios. Os meios aéreos estão otimizados para operações de grande escala de natureza expedicionária fortemente dependentes de uma rede de informação e comunicação globais. Também a amplitude do espectro de combate, dos efeitos e da incapacidade de modelarmos o adversário e anteciparmos com exactidão o seu comportamento, aumentam os desafios de planeamento, execução e avaliação de operações aéreas. Por fim, o processo de planeamento e execução das operações aéreas necessita de acompanhar a volatilidade, rapidez e incerteza do ambiente operacional.

Qualquer processo de emprego de força militar terá de obedecer a princípios doutrinários, destilados de lições aprendidas de conflitos passados e institucionalizados no processo de decisão, no sentido de alcançar os objectivos de uma campanha. Para que o emprego do Poder Aéreo possa ser eficaz e eficiente, em particular quando se fala de diferentes serviços e países, é necessário que exista unidade de esforço. Os princípios basilares do C2 do Poder Aéreo compreendem: controlo centralizado; execução descentralizada e ligação Estratégia – Tarefa.[23]

Controlo centralizado. A história mostra que as operações aéreas têm de ser coordenadas de forma central para serem eficientes. Nesse sentido, todas as operações aéreas devem ser coordenadas pelo CFACC. Este princípio é fundamental para assegurar a integração das operações aéreas no cumprimento da intenção global do CFC. Desta forma, impede o uso descoordenado dos meios e assegura que os recursos disponíveis são direccionados da forma mais eficaz para alcançar os efeitos necessários à concretização dos objectivos estabelecidos. Só assim se consegue a concentração de força no tempo e locais críticos para alcançar resultados decisivos.

Execução descentralizada. Numa campanha complexa é impossível que o comandante dirija pessoalmente a execução das missões. Apesar de algumas excepções, a grande flexibilidade do Poder Aéreo reside na execução de tarefas de forma descentralizada. A iniciativa é assim maximizada, permitindo manter a coesão do plano global da campanha e lidar com a incerteza, caos e fluidez das operações militares.

O controlo centralizado e execução descentralizada são princípios basilares do C2 aéreo. Através desta perspectiva é possível explorar a velocidade, flexibilidade e versatilidade do Poder Aéreo. A flexibilidade permite que o Poder Aéreo seja aplicado numa panóplia de missões sem que para isso seja necessário modificar estruturalmente os sistemas de armas. A versatilidade deriva do facto de poder ser empregue para alcançar efeitos estratégicos, operacionais e táticos. Assim, o controlo centralizado pelo CFACC significa que ele tem a responsabilidade e autoridade para planear, dirigir e coordenar as operações aéreas para alcançar os efeitos quando e onde desejados. Por outro lado, a execução descentralizada representa uma delegação de autoridade de execução a comandantes subordinados, alargando a capacidade de controlo do CFACC e fomentando a iniciativa ao nível tático para reagirem de forma rápida e flexível a situações inopinadas. Desta forma garante-se o emprego eficaz de recursos limitados, enquanto se maximiza a aplicação dos diversos conceitos táticos num ambiente conjunto. [24]

Estratégia-Tarefa. Para que não se desperdicem as capacidades dos escassos recursos, o objectivo de cada missão terá de ter impacto na estratégia aérea definida superiormente. Por isso, cada tarefa aérea tem de contribuir directamente para os objectivos militares definidos.

4.3. A estratégia aérea e as operações aéreas

Seguindo o preconizado por Clausewitz de que a Guerra é a continuação da política por outros meios, facilmente se compreende que qualquer campanha militar tem o seu início com a determinação política do estado final desejado[25]. Posteriormente, o desenvolvimento de um plano de campanha deverá incluir os objectivos específicos[26], efeitos[27], Centros de Gravidade (CoG) [28], pontos decisivos[29] agrupados em linhas de operações específicas, requisitos críticos de informações, e pressupostos abrangendo todas as fases de uma campanha.[30]

O CFACC deverá ser capaz de influenciar o plano global e as tarefas atribuídas pelo CFC. Desta

forma, durante a fase de planeamento da campanha, desenvolve-se um processo paralelo de estimativa aérea no sentido de resolver o problema militar em questão. Assim é possível traduzir as directivas superiores e a estratégia de emprego do Poder Aéreo em tarefas executáveis tendo em vista o apoio ao plano global da campanha. Este processo iterativo, da mesma forma que os planos das outras componentes terrestres e navais, interage com o processo de planeamento conjunto no sentido de preparar a campanha militar. No entanto, a diferença reside na diferente óptica em como avalia o problema: a perspectiva aérea.

O domínio aéreo difere das outras dimensões. Desde logo, pelo facto de dispor de capacidades distintas tem a possibilidade de alcançar efeitos diferenciados. Essas capacidades, resultantes da exploração das características ímpares do Poder Aéreo, como altura, velocidade e alcance, diminuem o tempo de resposta e minimizam as restrições geográficas.[31] O Poder Aéreo está assim disponível para causar efeitos de forma transversal ao teatro de operações e aos níveis da guerra, podendo rapidamente ser empregue de forma quase ubíqua, sem restrições geográficas e com riscos comparativamente menores em qualquer área de operações. Fornece pois ao decisor uma ferramenta cujas acções podem provocar efeitos directos aos níveis estratégicos, operacional e tático. Podemos então afirmar que o Poder Aéreo é holístico, distinguindo-se dos outros instrumentos militares (naval e terrestre), nomeadamente pela sua agilidade.[32] Permite a manobra incontestável através das dimensões x, y, z e t, proporcionando a oportunidade de influenciar a vontade do adversário através de acções sobre os seus CoGs estratégicos. Não queremos deixar de salientar que estas potencialidades estão dependentes do contexto, da mesma forma que as vulnerabilidades apontadas ao Poder Aéreo (como por exemplo a impermanência, capacidade limitada de carga/armamento, fragilidade dos sistemas aéreos, necessidade de bases para operação, o custo exponencial dos sistemas de armas, ou mesmo a impossibilidade óbvia de ocupar o terreno), são passíveis de ser minimizadas pela possibilidade única de aplicar força a partir do ar e do espaço.

Para que se possa maximizar esta capacidade é necessário traduzir as directivas estratégicas em planos operacionais. Este processo requer uma análise detalhada do adversário como “um sistema de sistemas” no sentido de detectar os componentes responsáveis pela força física e moral, poder ou resistência, quer do adversário, mas também dos amigos e neutrais.[33] Esta análise sistémica do ambiente operacional expressa o relacionamento entre os objectivos a serem alcançados e as fontes adversárias de poder. De acordo com Carl von Clausewitz e a sua obra a título póstumo, devemos estar sempre cientes das características dominantes de ambos os contendores. A partir dessas características desenvolve-se o CoG como o eixo de todo o poder e movimento, do qual tudo depende. Este será o ponto contra o qual todas as nossas energias deverão ser dirigidas no sentido de obrigar o oponente a aderir à nossa vontade.

Esta metáfora da Guerra, como construção intelectual, permite descrever, de forma qualitativa e figurativa, uma realidade, um sentimento ou uma emoção. É sustentada por sete descritores essenciais que a definem e caracterizam: é essencial; é uma característica dominante; tudo depende dela; é o centro de todo o poder e movimento; é um alvo efectivo para ser atacado; oferece resistência; e ataca de forma eficaz.[34] Desta forma, os CoGs são dependentes dos objectivos e mudam com a alteração destes.

Para além de determinar os CoGs adversários, é necessário determinar os CoGs Aliados e aferir as suas vulnerabilidades para que possam ser protegidos. Por exemplo, nas Guerras do Iraque (1991 e 2003) a Coligação constituiu-se como o CoG estratégico Aliado, sendo efectuadas todas as medidas de protecção para que fosse preservada ao longo da operação. Nesse âmbito foram devotados inúmeros recursos, particularmente aéreos e de forças especiais, para impedir o lançamento de mísseis contra Israel, evitando a sua entrada no conflito.

No passado os exércitos eram o eixo de todo o poder. Hoje em dia, identificar CoGs é uma arte e uma ciência, onde se procura ir para além da destruição física dos alvos e alcançar efeitos estratégicos. Na 2ª Guerra do Iraque, o General Tommy Franks definiu ele próprio os centros vitais. Essa definição incluía os principais CoGs (liderança, segurança interna, WMD, Guarda Republicana, etc) e a forma como se procederia à sua influência. Assim, os métodos utilizados para afectar os centros vitais incluíam os ataques através de aeronaves, artilharia e mísseis (fogos operacionais), as forças especiais, as manobras operacionais, as operações de informação (operações psicológicas, guerra electrónica, decepção e ciberguerra), a guerra não-convencional recorrendo a forças militares e serviços secretos, as acções político-militares e civil-militares.

A estratégia aérea constitui o plano global para emprego do Poder Aéreo. Tendencialmente é dirigida para a obtenção inicial de um grau de domínio do ar que permita uma maior liberdade de acção dos actores no teatro de operações. No entanto, pelo facto de se poder atacar todos os alvos não significa que o façamos. Acima de tudo, a razão por que se ataca e os efeitos que se pretendem

alcançar, são bastante mais importantes do que o que se ataca. No entanto esta aproximação não é nova.

Este relacionamento causal entre ataque e efeitos obtidos é ainda nos tempos de hoje uma arte e ciência.[35]

Com a evolução tecnológica e de precisão tem-se assistido a uma maior eficácia na implementação do conceito. Vários exemplos históricos mostram a aptidão para procurar efeitos estratégicos. Fruto das suas capacidades o Poder Aéreo é especialmente indicado para operações baseadas em efeitos. A teorização de John Warden acerca do inimigo como um sistema de anéis confere ao Poder Aéreo uma capacidade de submeter o adversário a uma paralisia estratégica, concentrando os seus efeitos no anel central da liderança.[36] Esta possibilidade contribui para a unidade de esforço e maximização da eficácia. Por outro lado, a visão economicista da guerra tem demonstrado uma maior eficiência que se traduz na redução de custo por efeito desejado (em termos de vidas e equipamento). Em cinco décadas, o Poder Aéreo sofreu uma transformação revolucionária nos seus efeitos, reduzindo o número de plataformas e o tempo necessários para afectar vários alvos. Como consequência assiste-se a uma redefinição do conceito de massa através da precisão.

Actualmente, a crescente complexidade dos conflitos exige um pensamento baseado em efeitos. Desde que o homem atirou a primeira pedra a um adversário sempre tentou maximizar os efeitos positivos e minimizar os efeitos negativos. Nesse sentido, todas as acções devem ser planeadas para criar efeitos que contribuam para a obtenção dos objectivos, minimizando aqueles que não apoiem o estado final. Na realidade, os avanços tecnológicos e doutrinários actuais permitem explorar uma gama mais alargada de efeitos.

Nesse sentido, teremos de perceber que os efeitos ligam as tarefas aos objectivos, e que as acções causam efeitos directos e indirectos. Por exemplo, na 2ª Guerra Mundial, o ataque às instalações ferroviárias alemãs teve o efeito directo de interromper o transporte ferroviário e efeitos indirectos de isolar o campo de batalha e provocar o colapso da economia alemã. No entanto, o grande desafio é prever e avaliar quais as acções físicas que produzem a desejada alteração do comportamento do adversário. E ao mesmo tempo tentando minimizar os efeitos indesejáveis. A título de curiosidade, os ataques aos caminhos-de-ferro necessitaram cinco vezes mais bombas do que se tivessem sido atacadas apenas as pontes ferroviárias. No entanto se tivessem atacado as centrais eléctricas ou os postos de transformação teriam destruído a capacidade eléctrica nazi e com isso interrompido a produção da indústria de guerra alemã.[37] Outro exemplo deste mecanismo ocorreu na campanha aérea contra a Sérvia em 1995, durante a Operação Deliberate Force. A destruição física de duas pontes provocou o efeito directo de interromper o abastecimento de combustíveis. Os efeitos indirectos conduziram ao comportamento desejado de trazer à mesa de negociações os intervenientes no conflito. Outros exemplos mostram que por vezes, os efeitos alcançados, do ponto de vista puramente militar, originaram efeitos indirectos contraproducentes para o desenrolar da campanha. Na Operação Desert Storm em 1991 as fontes de energia foram consideradas alvos prioritários e chave para o desenrolar da campanha. Foi por isso decidido atacar directamente estas unidades, para assegurar que não poderiam ser utilizadas durante o período da guerra. No entanto, os danos causados pelos ataques foram consideráveis, inviabilizando a sua operacionalidade por um período mais prolongado, o que originou elevado descontentamento na população iraquiana. O resultado foi um demorado e oneroso processo de reconstrução e a consequente atitude de insatisfação por parte dos iraquianos, que se reflectiu pela posterior falta de apoio da população local. Mais tarde, e para aplicar esta lição aprendida, durante a Operação Allied Force em 1999 foram empregues bombas de grafite com o intuito de interromper a distribuição da energia eléctrica sem danificar a infra-estrutura. Ainda na mesma operação, considerou-se que o ataque às pontes do Danúbio, na Sérvia, restringiria o movimento e o reabastecimento das unidades do exército sérvio no Kosovo. O efeito directo foi atingido, no entanto causou também um outro efeito indirecto e indesejado: o corte nas trocas comerciais entre os países vizinhos, incluindo a Hungria e a Bulgária, países que apoiavam as acções da NATO. Estes exemplos revelam falhas na análise dos efeitos indirectos e indesejados, ilustrando a necessidade de mudar a forma de planear as operações militares para um modelo mais coordenado e abrangente.

O desenvolvimento de uma estratégia baseada em efeitos assenta nas directivas do CFACC e desenvolve-se através do processo de estimativa aérea tendo a vista a tradução da estratégia num plano de operações. A estimativa aérea procura otimizar as sinergias com as outras componentes, explorando as forças disponíveis, desenvolvendo e avaliando as opções alternativas e estabelecendo a modalidade de acção mais adequada. O resultado deste processo é um plano de operações aéreas que define, no tempo e no espaço, a orquestração dos meios aéreos. Ou seja, estabelece as missões aéreas, selecciona os recursos, pessoal e equipamento, e atribui responsabilidades e autoridades.

Normalmente existem quatro fases no processo de planeamento das operações aéreas. Cada uma delas origina um produto específico. Este processo não precisa de ser sequencial, no entanto as várias fases devem ser integradas para garantir a sua coerência.

A fase de iniciação começa com a recepção das directivas de planeamento do CFC tendo por base a análise estratégica e operacional da situação e das capacidades do inimigo. Estas directivas iniciais são expressas sobre a forma de uma definição da missão.

A fase de orientação tem como produtos o conhecimento do adversário, os CoGs, Pontos Decisivos e os objectivos aéreos. A intelligence reunida em tempo de paz permite o conhecimento das capacidades e intenções do adversário. Constitui por isso a base para o planeamento de operações aéreas. É partir desta análise que se estabelecem os CoGs e os Pontos Decisivos segundo os quais se afectam os centros de poder adversário. Terão também que ser quantificados e definidos de forma clara os objectivos aéreos que irão contribuir para o alcançar dos objectivos do CFC. Devem também ser categorizados para cada nível da guerra e estar intimamente ligados.

A fase de desenvolvimento contempla a produção de conceitos e planos. O conceito de operações traduz a estratégia aérea e revela a decisão do CFACC acerca da modalidade de acção desejada. O staff de planeadores avalia possíveis modalidades de acção do adversário para derivar a modalidade mais adequada para contrariar os planos adversários.

A partir do Conceito de Operações e da missão do CFC é derivado o plano de operações aéreas. É através deste plano que o CFACC articula e comunica a sua estratégia às forças. Este plano vai mais tarde, no ciclo de tasking, servir para construir a Directiva de Operações Aéreas assim como o Plano de Ataque Aéreo. Ao longo da execução da campanha, o plano de operações aéreas deverá ser constantemente revisto e ajustado. Esta revisão deverá ocorrer de forma rotineira e sempre que existam alterações no ambiente operacional. Desta forma a estimativa aérea será também ajustada.

4.4. Ciclo de Tasking[38]

Como vimos anteriormente, o processo de estimativa aérea estabelece o contexto para o emprego do Poder Aéreo. Ou seja, exprime a decisão sobre como usar os meios aéreos em apoio aos objectivos determinados superiormente. A conversão da estratégia aérea em tarefas tácticas é conseguida através de um processo detasking que se desenrola ao longo de 72 horas. Dessa forma, é possível atribuir responsabilidades a meios específicos para execução de tarefas tácticas. A avaliação de combate visa apreciar e comparar os resultados alcançados relativamente ao plano inicial, contribuindo para apoiar o planeamento do próximo ciclo. O ciclo de tasking foi concebido para fornecer a capacidade de empregar os meios aéreos disponíveis de uma forma eficaz e eficiente. Assume-se como flexível e responsivo, acomodando alterações ao nível de directivas do CFC assim como diferentes requisitos tácticos. O produtos fundamentais associados ao ciclo de tasking incluem a Air Operations Directive (AOD), a Joint Prioritized Target List (JPTL), o Master Air Attack Plan (MAAP), a Airspace Control Order (ACO) e a Air Tasking Order (ATO).

Parece-nos adequado analisar o ciclo de tasking segundo uma trilogia de pessoas, processos e produtos. Esta metodologia fará emergir aspectos fundamentais do actual ciclo e permitirá um melhor relacionamento com a discussão posterior. Para preservarmos o sentido original, iremos manter, sempre que possível, a terminologia anglo-saxónica.

Fase 1 – Coordenação entre o Comandante da Força Combinada e as Componentes

A coordenação entre os diversos comandantes das componentes envolvidas na campanha e o CFC permite a transmissão de directivas relativamente às prioridades dos alvos e distribuição do esforço aéreo. Em causa está a determinação e atribuição do esforço total previsto a ser dedicado (apportionment), durante um dado período de tempo, às diversas operações aéreas e/ou áreas geográficas em termos de percentagem e/ou prioridades. A definição do esforço aéreo, tendo em consideração a tipologia de missões, permite ao CFC assegurar que a prioridade do esforço aéreo é consistente com os objectivos da fase de campanha. Por exemplo, nas fases iniciais do combate será necessário dedicar maior esforço na conquista e manutenção da superioridade aérea. Após assegurado este objectivo inicial, serão as operações aéreas de apoio às forças terrestres que terão maior prioridade.

Na prática, o CFACC em coordenação com os outros comandantes de componente submete à aprovação do CFC uma proposta de apportionment que reflecte as necessidades conjuntas. Nesta fase discute-se a estratégia e os planos de operações futuras, permitindo aos comandantes de componente introduzirem recomendações e pedidos de apoio aéreo. O CFC fornece directivas abrangentes e define os critérios de sucesso. Para além disso transmite as suas intenções de comando e redefine as prioridades. Isto inclui a decisão de apportionment e as prioridades de

targeting sob a forma de uma Joint Target List onde são apresentados os alvos designáveis, proibidos e restritos.

Fase 2 – Desenvolvimento de alvos

O processo de planeamento das operações aéreas está dependente da interacção entre o ciclo de targeting[39] e de tasking. O targeting é o processo de seleccionar alvos e combinar a resposta apropriada de acordo com as capacidades operacionais. Decorre das directivas do CFC, das nossas capacidades e da ameaça adversária. O targeting ocorre a todos os níveis de comando de uma força conjunta e a todos os níveis da guerra. O alcance e flexibilidade do Poder Aéreo permitem que seja empregue de forma transversal à panóplia de alvos. Por exemplo, os alvos estratégicos podem ser afectados pelas operações aéreas estratégicas para coagir o adversário a cumprir a nossa vontade através de ataques directos ou indirectos aos seus CoGs. Estes podem incluir nós de comunicações, fontes de energia, e acima de tudo liderança. São no entanto fortemente condicionados por restrições políticas. Os alvos operacionais são aqueles que afectam primariamente a capacidade militar. Os alvos tácticos ocorrem num ambiente onde normalmente se encontram forças amigas, sendo por isso essencial a integração com o esquema de manobra de outras componentes. Qualquer que seja o nível, devem ser identificados alvos de alto valor[40] e alvos remuneradores[41].

Por estas razões se compreende que um processo eficiente e eficaz de targeting e de tasking seja condição necessária para planear e executar operações aéreas conjuntas. A aprovação das prioridades e taxa de esforço (apportionment) assim como a estratégia aérea delineada pelo CFACC são divulgadas através da AOD. Esta directiva fornece ainda os objectivos operacionais e tácticos, assim como as tarefas e suas medidas de eficácia, recomendando ao mesmo tempo um conjunto de alvos para alcançar os efeitos desejados. É por isso utilizada para determinar a prioritização dos alvos no sentido de apoiar os objectivos de targeting do CFC. Todos os alvos aéreos são coligidos e submetidos ao Joint Targeting and Coordination Board, que por sua vez identifica, prioriza e selecciona alvos específicos. Desta análise resulta a JTPL que serve de base para a próxima fase.

Fase 3 – Weaponering e Alocação de recursos

Nesta fase procede-se à atribuição de sistemas de armas e armamento aos alvos da lista JPTL. Efectua-se a conversão do apportionment no número total de saídas por tipo de aeronave disponível para cada tarefa (missões estratégicas, defesa aérea, ataque ar-solo, transporte, reconhecimento etc). Durante esta fase, e tendo em conta os alvos nomeados, equipas especialistas em targeting quantificam os resultados esperados do emprego armamento ou tácticas letais ou não-letais em relação aos efeitos desejados. Todos os alvos da lista são submetidos a um ciclo de targeting que discrimina os objectivos de ataque, as ameaças da área do alvo, os pontos de impacto, número recomendado de armas e aeronaves, espoleta e efeito pretendido. Os alvos processados são depois introduzidos no MAAP.

Este é o elemento chave do conceito de operações aéreas. É um esquema de manobra aérea para um período particular de uma ATO. O MAAP mostra ao CFACC o plano para concretizar as tarefas solicitadas com os meios disponíveis. Este processo de arte operacional serve-se de uma panóplia de capacidades cinéticas e não-cinéticas (letais e não-letais) para afectar alvos específicos, tendo em vista alcançar os efeitos desejados de forma a maximizar a contribuição do Poder Aéreo para a obtenção dos objectivos do CFC. Este plano é aprovado pelo CFACC e enviado à equipa que produz a ATO.

Fase 4 – Produção da Air Tasking Order

Depois da aprovação do plano de ataque aéreo, a informação é compilada numa listagem que descreve as instruções detalhadas para as tripulações executarem as missões. AATO é um documento formal que descreve de forma sistemática as missões a efectuar num período de 24 horas e as aeronaves designadas para as cumprirem, estabelecendo os procedimentos de coordenação e desconflicto de forma a maximizar a eficácia das operações aéreas, minimizando o fratricídio entre forças amigas. Para além da ATO são também produzidas a ordem de controlo do espaço aéreo e as instruções especiais, onde são incluídos aspectos adicionais de coordenação. Ao longo do processo de tasking existem até cinco ATOs em diversos estádios de desenvolvimento. Isto permite flexibilidade adicional para introduzir alterações em qualquer fase de forma a responder a ameaças e pedidos emergentes.

Fase 5 – Execução

O CAOC é a agência que gere a execução da ATO. É responsável por coordenar e desconflictar as alterações com os respectivos órgãos de controlo e componentes. Devido à necessidade de

responder a alvos móveis ou mudanças de prioridade, é necessário prever ajustamentos à execução. Nesse âmbito, o CAOC pode delegar autoridade em órgãos de C2 (terrestres ou aéreos) para redireccionar plataformas para alvos prioritários, como é o caso dos Time Sensitive Targets (TST)[42]. Com o decorrer das acções aéreas tem início a produção de reportes de missão, que estarão não base da avaliação de danos de combate.

Fase 6 – Avaliação de Combate

Nesta fase são avaliados os progressos e eficácia de combate em comparação com os objectivos estabelecidos. Procura-se avaliar se as operações produziram os efeitos desejados. A análise dos relatórios de missão e de fontes de intelligence será utilizada para ajustar as ATOs seguintes, nomeadamente ao nível de apportionment, de meios atribuídos e de propostas de re-ataque de alvos. Esta fase provoca os maiores congestionamentos do ciclo de tasking pois a análise de toda a informação disponível ainda não é suficientemente rápida. Pode imaginar-se a complexidade de análise dos resultados e efeitos de 1.000 missões de combate num período de 24 horas.

4. Impacto da mudança de Fase no Ciclo de Tasking

Tendo em consideração a moldura conceptual e a caracterização do processo de planeamento e execução das operações aéreas, dispomos agora de uma panóplia de conceitos que poderemos relacionar e testar para aferir a validade das hipóteses enunciadas no início deste estudo. Ou seja, num primeiro momento verificar de que forma é que uma mudança de fase de operações de combate para operações de estabilização poderá afectar as pessoas, processos e produtos associados ao ciclo de Tasking. Esta análise irá fazer emergir algumas vulnerabilidades e desafios que podem diminuir a eficácia do Poder Aéreo e ser explorados por adversários do Séc. XXI para reduzir a assimetria militar.

Durante a Fase III, as operações de combate são apoiadas de forma transversal pelas funções de Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR).[43] pela capacidade de mobilidade global conferida pelos meios de transporte aéreo e recorrendo à possibilidade de aumentar a persistência dos meios através de reabastecimento aéreo. Estas funções, denominadas de apoio, funcionam como multiplicadores de força em teatros onde a geografia se torna o principal obstáculo. No caso do Afeganistão, não podemos esquecer que a grande maioria de missões de combate são originadas a grandes distâncias do teatro, chegando a durar mais de 20 horas, como o caso dos bombardeiros B-2.

Durante operações de larga escala, o principal objectivo operacional será ganhar e manter a superioridade aérea através da neutralização do sistema de defesa aérea inimigo e das suas capacidades aéreas e espaciais. Entretanto, ataques estratégicos e interdição do campo de batalha são efectuados. Garantida a liberdade de acção, é possível um aumento do esforço para com a componente terrestre, ao mesmo tempo que se continua a dar resposta aos alvos sensíveis e dinâmicos. Assim, a ênfase primordial na Fase III consiste em dar resposta à listagem de alvos adversários.

A Fase IV encapsula uma hoste de actores e ameaças que travam uma luta violenta pela legitimidade e influência sobre populações. Neste ambiente de Guerra Irregular pululam diversas actividades de cariz essencialmente militar, onde o Poder Aéreo funciona como um multiplicador de capacidades e funções.[44] No entanto, não podemos esquecer que a realidade é mais complexa do que os modelos conceptuais. A mudança de fase não implica o termo da fase anterior. Em alguns casos elas estão misturadas como que num conceito de “3 block war” onde num espaço geográfico confinado as forças têm de executar simultaneamente operações de combate, manutenção de paz e assistência humanitária.[45] A complexidade destes cenários aumenta os desafios ao planeamento e execução das operações aéreas. Apesar do estado final da campanha se manter o mesmo, a mudança no ambiente operacional será reflectida em novos objectivos, efeitos e CoG. No caso do Iraque, a mudança para a Fase IV transportou o combate para as cidades, tornando-as um CoG e obrigando o Poder Aéreo a adaptar-se à operação em ambiente complexo urbano. No sentido de afectar esses CoGs e alcançar os efeitos desejados, novos pontos decisivos terão de ser organizados e sincronizados no tempo e no espaço ao longo de linhas de operação. Essas linhas, por sua vez, apoiarão linhas de operação nacionais, mais abrangentes (DImE). Isto significa que novas organizações funcionarão dentro da área de operações aumentando a complexidade da coordenação entre agências.

Cada mudança de fase de uma campanha é acompanhada, por isso, por uma alteração da ênfase da força militar. Durante a Fase IV, as hostilidades vão gradualmente diminuindo à medida que as forças militares vão restabelecendo a ordem, comércio e o governo local, enquanto dissuadem o adversário de retomar acções hostis. A diminuição do quantitativo de forças destacadas pode

também ter início nesta fase. No entanto, isto requer um planeamento cuidadoso para que não afecte a estratégia global. Por exemplo, nos conflitos actuais, a maioria das forças não poderá retirar sem que seja garantida uma capacidade da nação hospedeira para providenciar segurança aos seus cidadãos assim como exercer funções governativas e de reconstrução. Desta forma, existe necessidade de reformular a estimativa aérea reflectindo a mudança na missão, intenções de comando e objectivos.

Dado o contexto da Fase IV, o ritmo tradicional do ciclo de tasking é alterado. Na prática assiste-se a uma compressão do ciclo. Exemplos actuais demonstram que o ciclo pode ser reduzido das 72 horas para 40 horas. Esta redução é possível devido à diminuição do número de alvos planeados e de uma directiva de operações aéreas mais estática. A compressão é também conseguida através da remoção da estratégia do processo. No entanto, isto torna o ciclo de tasking demasiadamente focado nas operações correntes, no processo de alvos dinâmicos e na avaliação de curto prazo. Por outro lado, perde-se a perspectiva do contexto global e da arte operacional para organizar e sincronizar a força no tempo e no espaço, visando alcançar os objectivos da campanha. Desta forma, afectar alvos de forma desconexa da estratégia torna o ciclo de tasking como uma ferramenta reactiva em vez de preditiva.[46]

Uma das principais alterações ocorre ao nível das relações de comando. O CFACC deixa de ser o comandante apoiado e passa a providenciar apoio à componente terrestre e a outras organizações presentes no teatro de operações. Por exemplo no Afeganistão, o reduzido número de tropas no terreno dependeu do apoio aéreo para mover, abastecer e proteger as forças. Isto resultou numa alteração dos tipos de missões executadas no teatro, nomeadamente no acréscimo de missões de transporte aéreo intra-teatro, ISR, Apoio Aéreo Próximo a tropas em contacto, resposta a alvos dinâmicos, como elementos terroristas, Policiamento Aéreo ou protecção de infra-estruturas ou instituições.

Nesse sentido, as missões de transporte e reabastecimento em voo têm sido multiplicadores críticos das operações na Fase IV. A sua execução permitiu um aumento da carga e tropas transportadas, reduzindo dessa forma o número de baixas por exposição a explosivos improvisados ou emboscadas e ataques terrestres.[47] Num dia típico, os C-130 americanos efectuavam 126 saídas de transporte no Afeganistão e Iraque, transportando 2.000 passageiros e 465 toneladas de carga.[48] Por exemplo, o destacamento de C-130 da Força Aérea Portuguesa no Afeganistão realizou em três meses de operação, 37 missões, transportando 1.629 passageiros e cerca de 206 toneladas de carga, efectuando mais de 152 horas de voo.[49] No que diz respeito às evacuações médicas, os meios americanos efectuaram 3 a 4 saídas por dia, chegando a aerotransportar 13.000 pacientes em 2004.[50] Para além disso, estavam disponíveis diariamente através de reabastecimento aéreo mais de 2 milhões de libras de combustível.[51]

Ao nível do planeamento e execução verifica-se a necessidade de investigar usos inovadores para o Poder Aéreo, em particular perspectivas não-letais, explorando também operações psicológicas no sentido de alcançar simultaneamente efeitos físicos e cognitivos. Por exemplo acções de presença aérea e demonstração de força traduzem esta aproximação. Ser “visto e ouvido” tem sido a acção correcta no Iraque e Afeganistão. Mostrou ao adversário e à população que o Poder Aéreo estava pronto a ser “sentido”. [52] A “demonstração de força” (“Show of Force”) é particularmente útil em situações onde a utilização de armamento pode ser problemática, como por exemplo em zonas urbanas ou concentrações de população.[53] Torna-se por isso importante lembrar que a população é o CoG primordial, e como tal não pode ser alienada. Assim, restringindo o uso da força à necessidade e proporcionalidade é fundamental para ganhar e manter o apoio da população. A diminuição de danos colaterais, a exploração de operações de informação e o apoio às outras componentes são por isso essenciais. Por exemplo, ataques de precisão com danos colaterais mínimos contra adversários e infra-estruturas contribuem para legitimar o governo, ganhar apoio das populações e diminuir o apoio ao adversário. De igual forma, o apoio aéreo a tropas em contacto é outra das ferramentas indispensáveis de combate numa fase irregular. Para além de contribuir para um aumento do moral das tropas, sustenta a intenção política de minimizar as baixas em combate.

Em consequência do novo ambiente operacional, aumentam os requisitos de coordenação. Em primeiro lugar, com a necessidade de renovar a estreita integração com a componente terrestre no sentido de minimizar os efeitos colaterais e de fratricídio. A crescente ênfase em reduzir os danos colaterais e o aumento da necessidade de apoio a situações de tropas em contacto, requer uma maior integração entre o CAOC e os elementos e órgãos de ligação das estruturas terrestres. Por outro lado, existirá uma maior necessidade de coordenação com outras fontes de poder nacional e organizações internacionais (Cruz Vermelha, Nações Unidas, etc), como nos casos de acções de distribuição de assistência humanitária ou policiamento aéreo em apoio de eleições. Nesse sentido, será importante para os planeadores garantirem a melhor forma de integrarem o esforço militar com outros instrumentos de poder nacional. É por isso necessário garantir uma unidade de esforço e

sincronizar os recursos para maximizar a eficácia e objectivos. O envolvimento de outros instrumentos de poder implica maior interferência política, reflectida em maiores restrições de alvos e danos colaterais, assim como regras de empenhamento menos permissivas. Para além disso, mantém-se o desejo de obter avaliações de progresso mais rápidas.

A operação num ambiente de estabilização onde se regista uma actividade de Guerra Irregular implica um aumento de informações sobre as actividades do adversário. Este requisito é expresso sob a forma de missões adicionais de ISR. Por exemplo, durante as operações de combate no Iraque em 2003 o rácio de missões de ataque e de ISR era de 12:1. Na segunda metade de 2004 esse rácio era de 2:1.[54]

Em estreita ligação com o incremento do fluxo de informações está a avaliação das operações. Mesmo que possa resultar num uso ineficiente e dispendioso dos meios, a função de ISR efectuada por meios não tradicionais (como caças e bombardeiros) fornece flexibilidade adicional. No entanto, mesmo que efectuado de forma persistente e fornecendo avaliação quase imediata dos resultados das missões, a função de ISR ainda não fornece indicadores completos do sucesso. Assim, a medição dos efeitos na Fase IV torna-se mais uma arte do que uma ciência, na medida em que a capacidade para medir efeitos na dimensão cognitiva é ainda insuficiente. De igual forma, os efeitos cognitivos demoram mais tempo a manifestar-se e têm efeitos secundários e terciários em cascata que são difíceis de estabelecer com precisão. Assim, afectar os CoGs torna-se um processo mais exigente. Por outro lado, a presença de vários actores com diferentes agendas e funções, dificulta a integração de tarefas e requer capacidades adicionais para avaliar as suas acções tácticas e efeitos estratégicos. Isto requer um incremento das capacidades analíticas que se estende para além do conhecimento tradicional de efeitos de armamento na dimensão militar, expandindo-se para as arenas políticas, socioeconómicas, culturais e internacionais.

Sintetizando o impacto da mudança de fase nas operações aéreas, podemos afirmar que as operações recentes mostraram que independentemente da mudança de Fase, a contribuição do Poder Aéreo para o esforço conjunto continua a ser primordial. Por exemplo, a procura, identificação e neutralização de terroristas e outros alvos de alto valor é possível em grande parte devido à contribuição dos meios aéreos e espaciais. Da mesma forma, o emprego do ciberespaço para negar a utilização de recursos financeiros dos terroristas, contribui para diminuir o recrutamento, operação e sustentação das forças hostis.

Finalmente, não poderemos esquecer que a Fase IV é um esforço de longo prazo e deve ser planeada e combatida enquanto tal! Se isto fosse considerado de forma mais aprofundada durante o planeamento da OIF, teriam sido equacionados cenários e objectivos bem mais abrangentes do que o simples prevenir de uma crise humanitária.[55]

[1] Tenente-coronel PilAv, Professor da Área de Ensino Específico da Força Aérea do IESM, Coordenador Científico do Núcleo de Estratégia do CISDI.

[2] Cit. em GRANT, Rebecca – The War of 9/11, p. 36.

[3] Este ensaio baseia-se, no seu âmbito, conceptual e doutrinariamente, na perspectiva da Força Aérea Americana (USAF) sobre o emprego do Poder Aéreo. Como tal, os exemplos utilizados serão essencialmente de operações militares em que os EUA desempenham funções de liderança, nomeadamente a OEF e OIF. Quando julgado pertinente e esclarecedor, utilizaremos a doutrina NATO para mostrar a convergência doutrinária que existe. Por exemplo, comparando a nova versão da publicação AJP 3-3(A) Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations com a doutrina americana é possível constatar essa tendência.

[4] Apesar do discurso presidencial não ter mencionado literalmente a declaração controversa de “Mission Accomplished”, o seu conteúdo transmitiu a ideia errada de que o fim da fase convencional da guerra traria a paz. (“In the Battle of Iraq, the United States and our allies have prevailed.”). A fase seguinte do conflito, não convencional, viria a realizar as premonições presidenciais: “We have difficult work to do in Iraq. We are bringing order to parts of that country that remain dangerous.” (...) “Our mission continues...The War on Terror continues, yet it is not endless. We do not know the day of final victory, but we have seen the turning of the tide.”
<http://www.cbsnews.com/stories/2003/05/01/iraq/main551946.%20.shtml>

[5] “(...) we're at a point where we clearly have moved from major combat activity to a period of stability and stabilization and reconstruction activities. The bulk of this country today is permissive, it's secure.”
<http://www.cnn.com/2003/WORLD/asiapcf/central/05/01/afghan.combat/>.

[6] Para simplificar o discurso quando nos referirmos a este tipo de operações utilizaremos o termo “Fase IV” ou “Operações de Estabilização”.

- [7] United States of America – National Security Strategy of the United States of America, p. 2.
- [8] DoD Directive 3000.05 – Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction (SSTR) Operations.
- [9] Quando se introduz o termo Poder Aéreo pretendemos que ele inclua, para além das operações aéreas, a utilização da dimensão espacial e informacional. Cada vez mais estas dimensões são indissociáveis para garantir a eficácia de emprego das forças aéreas. Refira-se neste sentido que a Força Aérea Americana captura de forma sintética esta nova realidade na sua declaração de missão: “To fly, fight and win...in air, space and cyberspace.” <http://www.af.mil/main/welcome.asp>. Ao longo deste ensaio, quando nos referirmos a operações aéreas estaremos de igual modo a pensar em operações espaciais e informacionais. No entanto para facilitarmos o discurso tentaremos centrar o nosso discurso na vertente aérea.
- [10] RICE, Condoleezza – Speech at Maxwell AFB, 14 April 2008.
- [11] VICENTE, João – A relevância estratégica do Poder Aéreo numa Aproximação às Operações Baseada em Efeitos, pp. 238 e 239.
- [12] Pelo facto de não existir uma tradução directa do conceito de Tasking, optámos por preservar a nomenclatura utilizada em doutrina militar.
- [13] Combined Force Air Component Commander – Comandante da Componente Aérea Combinada – Comandante designado para comandar e controlar os meios aéreos atribuídos por vários países e de vários serviços para serem empregues numa determinada operação de coligação. O comandante de uma operação militar, responsável perante o poder político, é designado como Comandante da Força Combinada e detém autoridade sobre os vários comandantes das componentes (terrestres, navais, aéreas, forças especiais etc) de vários países. No caso de serem forças de uma única nação designa-se Comandante da Força Conjunta.
- [14] Combined Air Operations Center – Centro de Operações Aéreas Combinado onde se encontram representados os elementos dos vários países participantes na operação militar e a partir do qual se efectua a gestão da guerra aérea.
- [15] Salvo menção contrária, os princípios doutrinários abordados nesta secção estão plasmados no documento Joint Publication 5-0 – Joint Operation Planning, pp. IV-31 a IV-38.
- [16] U.S. Department of Defense – Military Support to Stabilization, Security, Transition, and Reconstruction Operations Joint Operating Concept. Version 2.0, pp. 2 e 3.
- [17] NATO – SCs input to NATO Policy for Stabilisation Operations and Military support to Reconstruction efforts, p. 2.
- [18] US Department of Defense – DoDI 3000.05 Stability Operations.
- [19] Por exemplo, estas diferenças conceptuais entre os parceiros da NATO no Afeganistão emergiram sob a forma de 70 restrições nacionais (caveats) à operação das forças, provocando limitações ao nível do emprego comum das forças. NELSON, Richard - How should NATO handle Stabilisation Operations and Reconstruction efforts?, p. 2.
- [20] Segurança entende-se como uma condição que resulta do estabelecimento e manutenção de medidas de protecção no sentido de assegurar um estado de inviolabilidade contra actos hostis ou influência. Este conceito inclui o reforço da percepção de segurança pela população. Joint Publication 1-02 – DOD Dictionary of Military and Associated Terms.
- [21] VICENTE, João – Guerra em Rede, pp. 94 a 97.
- [22] GEIS, John, et al. – Blue Horizons II, p. 23.
- [23] AJP-3.3(A) – op. cit., p. 1-4.
- [24] Air Force Doctrine Document 2-1.2 – Strategic Attack, p. 13.
- [25] Situação política e/ou militar a ser alcançada no fim de uma operação. AAP-6 – NATO Glossary of Terms and Definitions.
- [26] Os objectivos são importantes para o JFC porque ligam o propósito da operação ao estado final desejado, orientando os esforços da campanha no sentido de priorizar o emprego dos recursos disponíveis. Ajudam, por isso, a organizar as tarefas e efeitos no tempo e espaço. É uma lição

histórica que o Poder Aéreo tem sido mais eficaz quando empregue para obter objectivos limitados. Teremos no entanto de considerar essa eficácia numa perspectiva de Guerra limitada onde se verifica uma natureza restrita do conflito, quer em interesses nacionais, capacidades empregues e ao espectro de restrições políticas ao uso da força. A Operação Desert Storm em 1991 teve objectivos bem definidos e a força foi utilizada de forma decisiva e arrasadora, com restrições mínimas. Na OIF, o objectivo político de criar um Iraque estável e democrático encontra paralelo com o Vietnam no que diz respeito à sua ambiguidade. Na OEF, as restrições políticas de usar força no Paquistão também limitaram os objectivos iniciais de capturar Bin Laden e eliminar a Al-Qaida. Para uma discussão sobre os objectivos dos vários conflitos ver VICENTE, João – Airpower’s effectiveness in support of national policy.

[27] São um estado físico ou comportamental de um sistema em resultado de uma acção, um conjunto de acções, ou outro efeito. JP 5-0 – op. cit.

[28] Característica, capacidade ou local a partir do qual uma nação, aliança, força militar ou outro grupo gera a sua liberdade de acção, força física ou vontade de combater. AJP-01(C) – Allied Joint Doctrine.

[29] Um ponto a partir do qual um centro de gravidade amigo ou inimigo pode ser ameaçado. Este ponto pode existir no tempo, espaço ou no espaço de informação. AAP-6 – op. cit.

[30] Para uma discussão mais detalhada ver AJP-5 – Allied Joint Doctrine for Operational Planning.

[31] Centre for Air Power Studies – AP 3000 British Air and Space Power Doctrine - Fourth Edition, p. 16.

[32] A agilidade é uma característica inerente do Poder Aéreo, amplificada pela capacidade multi-tarefa dos seus meios. Isto permite que os meios aéreos consigam funcionar nos níveis estratégicos, operacionais e táticos de um conflito, e mesmo entre teatros operacionais, tudo isto numa mesma missão. Ibid., p. 17. Neste âmbito lembre-se algumas das missões dos bombardeiros B-1, B-2 e B-52, que na mesma missão efectuem ataques estratégicos, apoio aéreo próximo e mesmo “show of force”.

[33] KEM, Jack – Campaign Planning: tools of the trade, p. 19.

[34] STRANGE, Joe – Understanding Centers of Gravity and Critical Vulnerabilities.

[35] Para uma apresentação detalhada desta metodologia de planeamento ver JointWarfighting Center–Commander’s Handbook for an Effects-Based Approach to Joint Operations. Estamos cientes da celeuma gerada em torno da questão de Effects Based Operations (EBO), no entanto julgamos que com a clarificação futura de aspectos conceptuais e práticos seja possível operacionalizar esta linha de pensamento. Para uma crítica do actual Comandante do USJFCOM que conduziu à remoção deste conceito do vocabulário conjunto dos EUA ver MATTIS, James – USJFCOM Commander’s Guidance for Effects-based Operations. Apesar desta decisão, a Força Aérea Americana mantém a defesa e aplicação do conceito. Para uma melhor percepção do debate gerado por esta posição do Comandante do Comando das Forças Conjuntas Americanas ver Mattis sparks vigorous debate on future of Effects-Based Ops.

[36] Para uma descrição detalhada sobre o modelo dos 5 anéis ver WARDEN, John - O inimigo como sistema.

[37] Por exemplo, em retrospectiva, o bombardeamento das fábricas alemãs que produziam rolamentos mostrou-se inadequado para afectar directamente o esforço de guerra alemão. Em contrapartida, a indústria de óleos sintéticos (da qual a Alemanha dependia para combustíveis, químicos, explosivos e borracha), deveria ter sido atacada mais cedo na campanha. Neste caso, estavam identificadas quatro fábricas e as infra-estruturas eléctricas de apoio. A destruição destes elementos conduziria à paragem imediata da força aérea alemã. US Air Force – Joint Air Estimate Planning Handbook, p. 26.

[38] A publicação NATO AJP-3.3(A) descreve sumariamente as fases do ciclo de tasking. Ibid., pp. 4-4 a 4-7.

[39] Neste ensaio apenas faremos uma abordagem sintética ao processo de selecção de alvos. Para uma discussão aprofundada ver AJP-3.9 – Joint Targeting.

[40] Um alvo de alto valor é um alvo que é importante para que o adversário possa alcançar os seus objectivos (i.e. aeronave de C2, reabastecedor, etc).

[41] Um alvo remunerador é um alvo de alto valor cuja derrota teria um efeito desproporcional nas capacidades do adversário em relação aos recursos necessários para atacá-lo. (por exemplo o Bin Laden, ou o Saddam).

[42] Alvos que requerem uma resposta imediata pelo facto de causarem perigo eminente a forças amigas ou pelo facto de serem alvos altamente lucrativos. Por exemplo o caso de Bin Laden e outros líderes terroristas, ou lançadores de mísseis com WMD. Nos ambientes complexos modernos, o targeting dinâmico (em oposição ao deliberado) assume-se como um processo essencial para a eficácia do Poder Aéreo. Targeting dinâmico designa todos aqueles alvos que são designados após a elaboração da ATO, ou seja, alvos que não estão previstos no planeamento do ciclo de tasking para esse período.

[43] Intelligence, Surveillance and Reconnaissance.

[44] Entenda-se Guerra Irregular como uma luta violenta entre actores estatais e não-estatais pela legitimidade e influência sobre populações, favorecendo aproximações indirectas e assimétricas no sentido de diminuir o poder, influência e vontade adversárias. JP 1-02 – op. cit., p. 282., Dos vários exemplos de actividades desempenhadas em ambiente de Guerra Irregular destacam-se: Insurgência, Contra-insurgência, terrorismo, contra-terrorismo, operações de estabilização, operações psicológicas, operações de informação, operações civis-militares, actividades de intelligence e contra-intelligence, actividades criminais e actividades policiais contra adversários irregulares.

[45] Conceito apresentado por KRULAK, Charles – The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War.

[46] Air Force Doctrine Document 2-1.9 – Targeting, p. 46.

[47] CORDESMAN, Anthony – Air Combat Trends in the Afghan and Iraq Wars.

[48] GRANT, Rebecca – op. cit., p. 34.

[49] RODRIGUES, César – Asas Portuguesas no Afeganistão, p. 8.

[50] GRANT, Rebecca – op. cit., p. 35.

[51] Ibid., p. 35.

[52] Ibid., p. 36.

[53] Pode ser tão simples como voar a baixa altitude sobre os manifestantes ou insurgentes, por forma a demonstrar a capacidade de ataque. WEISGERBER, Marcus – USAF Using ‘Show-of-Force’ Strategy More in Iraq, Afghanistan. Outros exemplos de impacto imediato de Apoio Aéreo Próximo não-letal estão descritos em BELOTE, Howard – Counterinsurgency Airpower.

[54] GRANT, Rebecca – op. cit., p. 38.

[55] Ibid., p. 37.

56 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/02/03

CLAUSEWITZ’S PARADOXICAL TRINITY AND THE FAILURE OF NAPOLEON IN PORTUGAL

Luís Falcão Escorega[1]

2011/11/07

OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES

Rui Vieira[1]

2011/05/16

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE)

João Nunes Vicente[1]

2010/06/13

PODER AÉREO: RECURSO DA MODERNA COERÇÃO MILITAR

Mauro Barbosa Siqueira (Brasil)

2010/04/27

PODER AEROSPAZIAL BRASILEIRO: DISSUAÇÃO E SEGURANÇA, COERÇÃO COMO MEDIDA EFICAZ À DEFESA NACIONAL

Mauro Barbosa Vieira (1) (Brasil)

2010/02/19

TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE

João Vicente[1]

2010/02/16

DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

Luís Falcão Escorrega[1]

2010/02/12

AIRPOWER’S EFFECTIVENESS IN SUPPORT OF NATIONAL POLICY.

João Vicente[1]

2010/02/07

GEORGE KENNEY AND WILLIAM TUNNER: A BRIEF ANALYSIS OF TWO ICONIC AIR LEADERS

João Vicente[1]

2008/11/05

NA PROCURA DO ALVO: A UTILIDADE DA FORÇA

Pedro Brito Teixeira[1]

2008/06/23

AINDA A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA USAF

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/09

A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA USAF

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/02

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE II)

João Vicente

2008/04/01

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE I)

João Vicente

2008/02/25

A SOMA DE TODOS OS MEDOS?

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2007/12/16

PARA ALÉM DA GUERRA[1]

Sandro Mendonça[2]

2007/11/11

WAR IN THE XXI CENTURY[1]

Francisco Proença Garcia

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/30

OPERAÇÕES EM REDE. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO[1]

João Nunes Vicente [2]

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A ”ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/24

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/23

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/02/04

OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS: O PARADIGMA DA GUERRA DO SÉCULO XXI[2]

João Vicente[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/10/26

O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]

João Vicente[1]

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/19

A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]

Miguel Moreira Freire

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/01/26

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER AERO-ESPACIAL

António de Jesus Bispo

2006/01/17

O EMPREGO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI

Alexandre Reis Rodrigues

2005/09/02

MILITARY POWER

Alexandre Reis Rodrigues

2004/12/21

OS MODERNOS PENSADORES DO PODER AÉREO

Eduardo Silvestre dos Santos

2004/04/23

CONTRIBUTOS PARA O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA NA LUTA CONTRA-SUBVERSIVA ACTUAL

Francisco Proença Martins com ...

2004/04/04

DISSUAÇÃO OU PREVENÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues